



# ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

## Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631  
Carlos Alberto Antunes de Abreu - ROC n.º 761

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Unidade monetária: Euro)

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da "**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PENTATLO MODERNO**", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 19.390 euros e um total de fundos próprios negativos de 458 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 5.988 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direção da Federação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Federação e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da “**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PENTATLO MODERNO**”, em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no período abrangido.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### **Ênfase**

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- Os fundos próprios no final do exercício de 2012 assumem uma expressão negativa de 458 euros. Desta forma recomenda-se à federação a manutenção da tomada de medidas para inverter esta situação. Embora estejamos perante uma entidade sem finalidade lucrativa, o pressuposto da sua continuidade pode ser prejudicado, caso não se inverta a presente situação financeira.

**LISBOA, em 10 de maio de 2013**

**“Abreu & Cipriano, Auditores, SROC”**

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)

Representada por

**João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)**

Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	86,51	600,18
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		86,51	600,18
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Patrocinadores/doadores/associados/membros	8.1	19.250,00	8.900,00
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	8.2	53,25	1.975,62
Subtotal		19.303,25	10.875,62
<b>Total do Ativo</b>		<b>19.389,76</b>	<b>11.475,80</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	8.3	(6.445,37)	(35.912,45)
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período		5.987,87	29.467,08
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>(457,50)</b>	<b>(6.445,37)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8.4	3.670,00	6.100,11
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8.5	1.997,37	814,78
Patrocinadores/doadores/associados/membros	8.1	10.693,78	11.006,28
Financiamentos obtidos	8.2	3.486,11	
Diferimentos			
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros			
Subtotal		19.847,26	17.921,17
<b>Total do passivo</b>		<b>19.847,26</b>	<b>17.921,17</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>19.389,76</b>	<b>11.475,80</b>

Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração	6	264.312,19	260.638,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(64.251,67)	(9.938,42)
Fornecimentos e serviços externos	8.6	(161.962,82)	(186.154,14)
Gastos com o pessoal			(7.500,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			9.320,00
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas	8.7	(30.994,91)	(36.270,26)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>7.102,79</b>	<b>30.095,18</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(513,67)	(513,53)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6.589,12</b>	<b>29.581,65</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	8.8	(601,25)	(114,57)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>5.987,87</b>	<b>29.467,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.987,87</b>	<b>29.467,08</b>

Caldas Da Rainha, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

PRESIDENTE

Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Desportiva	Restantes	PERÍODOS	
				2012	2011
Vendas e serviços prestados	6	264312,19		264.312,19	260.638,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	8.6	(226.214,49)		(226.214,49)	(203.592,56)
<b>Resultado bruto</b>				<b>38.097,70</b>	<b>57.045,44</b>
Outros rendimentos				-	9.320,00
Gastos de distribuição				-	-
Gastos administrativos				-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento				-	-
Outros gastos	5, 8.7	(31.508,58)		(31.508,58)	(36.783,79)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>				<b>6.589,12</b>	<b>29.581,65</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	8.8	(601,25)		(601,25)	(114,57)
<b>Resultados antes de impostos</b>				<b>5.987,87</b>	<b>29.467,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período					
<b>Resultado líquido do período</b>				<b>5.987,87</b>	<b>29.467,08</b>

Caldas Da Rainha, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

PRESIDENTE

## Índice

 Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011</b>	1	(103.975,30)			68.062,86					(35.912,44)		(35.912,44)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3											29.467,08
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3											29.467,08
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Fundos		68.062,86	-	-	(68.062,86)							
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2011</b>	5	68.062,86	-	-	(68.062,86)	-	-	-	-	-	-	-
	6=1+2+3+4	(35.912,44)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.445,36)

Caldas Da Rainha, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

PRESIDENTE

Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2012

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários				
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	6	(35.912,44)	-	-	29.467,08	-	-	-	-	-	-	-	(6.445,36)	-	(6.445,36)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8														
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8														
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>															
Fundos		29.467,08													
Subsídios, doações e legados					(29.467,08)										
Outras operações															
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2012</b>	6+7+8+10	(6.445,36)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(457,49)	-	(457,49)

Caldas Da Rainha, 1 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

PRESIDENTE

# Anexo

## 1. Identificação da Entidade

---

A “Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Federação Desportiva” com estatutos publicados no Diário da República n.º X de 00/00/000, Série II, com sede em “identificação da sede”.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:



<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais</b>	
<b>PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	(35.912,45)
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>(35.912,45)</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	29.467,08
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>29.467,08</b>

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*”.

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	3
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Patrocinadores/doadores/associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de patrocinadores/doadores/associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.3. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.4. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.*”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Activos Fixos Tangíveis**

---

##### **Outros Activos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

## 31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2011
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	9.169,83	-	-	-	-	9.169,83
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	35.659,39	-	-	-	-	35.659,39
Outros Ativos fixos tangíveis	39.768,58	-	-	-	-	39.768,58
<b>Total</b>	<b>84.597,80</b>	-	-	-	-	<b>84.597,80</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	9.169,83	-	-	-	-	9.169,83
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	34.545,68	513,53	-	-	-	35.059,21
Outros Ativos fixos tangíveis	39.768,58	-	-	-	-	39.768,58
<b>Total</b>	<b>83.484,09</b>	<b>513,53</b>	-	-	-	<b>83.997,62</b>

## 31 de Dezembro de 2012

	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	9.169,83	-	-	-	-	9.169,83
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	35.659,39	-	-	-	-	35.659,39
Outros Ativos fixos tangíveis	39.768,58	-	-	-	-	39.768,58
<b>Total</b>	<b>84.597,80</b>	-	-	-	-	<b>84.597,80</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	9.169,83	-	-	-	-	9.169,83
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	35.059,21	513,67	-	-	-	35.572,88
Outros Ativos fixos tangíveis	39.768,58	-	-	-	-	39.768,58
<b>Total</b>	<b>83.997,62</b>	<b>513,67</b>	-	-	-	<b>84.511,29</b>

## 6. Subsídios do Estado e outras Entidades

---

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Estado” e “Subsídios de outras Entidades”:

Descrição	2012	2011
<b>Subsídios do Governo</b>		
IDP - Contrato DPD	156.000,00	163.188,00
IDP - Contrato ET	9.750,00	10.250,00
IDP - Contrato AC	38.500,00	40.100,00
IDP - Contrato FRH	5.000,00	12.000,00
IDP - Contrato CI		400,00
<b>Total</b>	<b>209.250,00</b>	<b>225.938,00</b>

Descrição	2012	2011
<b>Subsídios de outras entidades</b>	-	-
Donativos	55.062,19	33.200,00
	-	-
	-	-
	-	-
<b>Total</b>	<b>55.062,19</b>	<b>33.200,00</b>

## 7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 2.600 € em cada um dos períodos.



## 8. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 8.1. Patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2012	2011
<b>Ativo</b>		
IDPJ	19.250,00	8.900,00
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	-	-
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>19.250,00</b>	<b>8.900,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	10.693,78	11.006,28
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>10.693,78</b>	<b>11.006,28</b>

### 8.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2012	2011
Caixa	53,25	36,72
Depósitos à ordem	(3.486,11)	1.938,90
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>(3.432,86)</b>	<b>1.975,62</b>

### 8.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Período de 2011:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2011
Fundos	(103.975,30)	68.062.86	-	(35.912,45)
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(103.975,30)</b>	<b>68.062.86</b>	<b>-</b>	<b>(35.912.45)</b>

Período de 2012:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2012
Fundos	(35.912,45)	29.467.08	-	(6.445,37)
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(35.912,45)</b>	<b>29.467.08</b>	<b>-</b>	<b>(6.445,37)</b>

### 8.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	3.670,00	6.100,11
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>3.670,00</b>	<b>6.100,11</b>

## 8.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1.997,37	814,78
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>1.997,37</b>	<b>814,78</b>

## 8.6. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Serviços especializados	71.292,90	66.550,57
Materiais	467,43	3.771,72
Energia e fluidos	4.134,65	5.749,80
Deslocações, estadas e transportes	46.573,46	58.258,25
Serviços diversos	39.494,38	51.823,80
- Renda e Alugueres	19.228,37	32.622,99
- Seguros	3.700,29	3.739,33
- Comunicação	2.667,98	13.671,47
<b>Total</b>	<b>161.962,82</b>	<b>186.154,14</b>

## 8.7. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Quotizações	1.100,00	750,00
Apoios Concedidos a Clubes	22.290,94	20.219,20
Apoios Concedidos a Atletas	2.595,00	5.481,69
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	5.008,97	9.819,37
<b>Total</b>	<b>30.994,91</b>	<b>36.270,26</b>

## 8.8. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2012	2011
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	(601,25)	(114,57)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>(601,25)</b>	<b>(114,57)</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(601,25)</b>	<b>(114,57)</b>

## 8.9. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Caldas da Rainha , 1 de Março de 2013